

# Este candidato a ministro, de olho nos gastos de Sarney.

O candidato à Presidência da República pelo PDT, Leonel Brizola caso eleito em novembro de 89 terá como provável ministro da Fazenda um homem desde já profundamente envolvido com as contas do país: o deputado César Maia (RJ), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso e seu membro mais ativo. Maia não esconde sua disposição de brigar pelo saneamento financeiro do país através de pesados cortes no orçamento da união para 89 e da severa vigilância que pretende exercer sobre a execução do último ano do governo Sarney.

"Gostaríamos que em seu último ano de mandato Sarney repetisse a gestão do presidente Campos Salles", compara Maia. Segundo presidente da República, de 1898 a 1902, Campos Salles caracterizou sua administração pela austeridade e apetite fiscal, que lhe valeu o apelido de "Campos Selo" (por aplicar os selos da Receita Federal nos mais variados produtos). Seu ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, reabilitou o crédito nacional e, quando saiu do governo, o **Mil-Réis** equiparava-se à libra esterlina em valor e estabilidade. César Maia desmente, portanto, qualquer intenção desestabilizadora de Leonel Brizola sobre o governo José Sarney. "Brizola levantou a possibilidade de interrupção do governo Sarney como uma possível consequência de sua indisposição para governar, nunca como um desejo político", assegura o deputado.

## Tempos de exílio

Ex-militante do PCB, César Maia ligou-se a Brizola durante o exílio de ambos e a partir de um encontro mantido em Lisboa no começo dos anos 70. Eles fundaram o PDT e Maia foi secretário de Finanças do Rio de Janeiro na administração de Brizola, entre 83 e 86. Perseguido pela ditadura por suas atividades na então União Nacional dos Estudantes (UNE), César Maia abandonou um curso de engenharia mineral em Ouro Preto e exilou-se no Chile de Salvador Allende em 1969. Nos três anos que permaneceu em Santiago, Maia formou-se economista pela Universidade do Chile, num curso depois reforçado na Faculdade Bennet, no Rio de Janeiro, em 73 e 74.

César Maia apresentou à Comissão Mista de Orçamento uma série de emendas propondo cortes nos gastos da União em 89 no valor global de Cz\$ 1,47 trilhão (US\$ 8,2 bilhões em valores de junho deste ano), ou 2,7% do PIB (Produto Interno Bruto). Os cortes, caso aprovados, atingiriam durante os esforços que o presidente José Sarney fará ao longo de 89 para eleger seu sucessor. São cortados uma série de programas sociais de forte apelo eleitoral, como distribuição de leite a crianças carentes, mutirões

para construção de residências populares e obras comunitárias de saneamento e urbanização. As verbas que Maia propõe cortar fazem parte do orçamento de Cz\$ 124 bilhões (sempre em valores de junho), atribuído à Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), órgão encarregado de realizar obras sociais e estrategicamente subordinada a um dos mais fiéis correligionários do presidente Sarney, o ministro Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo.

Todas as emendas apresentadas por César Maia foram previamente debatidas com técnicos do Ministério do Planejamento em reunião realizada no dia 22 de setembro. A reunião, que oficialmente destinou-se à coleta de informações por parte de técnicos e parlamentares da Comissão de Orçamento, foi resumida em uma minuta que descreve o conteúdo das emendas apresentadas como "pontos a serem encaminhados". O vice-presidente da Comissão mantém um relacionamento aberto e franco com técnicos do Ministério do Planejamento, principalmente com José Ribas Neto, secretário de Orçamento e Finanças, designado por João Batista de Abreu para acompanhar os trabalhos dos parlamentares em torno da proposta orçamentária para 89.

Outras emendas apresentadas por César Maia destinam-se a garantir, na lei orçamentária, o cumprimento das normas previstas no novo texto constitucional. É o caso da limitação de gastos com pessoal ao teto de 65% do orçamento fiscal e da proibição de que as operações do crédito realizadas pela União superem, em valor, as suas despesas de capital. As emendas de Maia também reafirmam o compromisso da União de fornecer ao Congresso relatórios bimestrais a respeito da execução orçamentária com informações sobre os saldos corrigidos disponíveis.

## Contra incentivos

A iniciativa dos governadores de Estado de elevarem de 75 para 90% o percentual de suas dívidas externas que serão pagas pela União em 89 também não é vista com simpatia pelo deputado César Maia.

Também com algum ceticismo, César Maia aguarda o cumprimento, pelo governo federal, da anunciada disposição de propor a eliminação ou a redução de incentivos fiscais. Alguns orçamentos sujeitos a cortes neste setor são os da Sudene (Cz\$ 24,5 bilhões), Sudam (Cz\$ 7,6 bilhões), Sudeco (Cz\$ 1,8 bilhão) e Suframa (Cz\$ 5,2 bilhões). A derrubada dos incentivos fiscais poderá ser promovida sem que se altere o orçamento, lembra o deputado. Basta a aprovação de um projeto de lei que elimine as receitas de Imposto de Renda que são destinadas a este fim e que, portanto, deixam de ser recolhidas pela União — a despesa, ou o subsídio, seria inviabilizada pela inexistência da receita correspondente.

César Maia tem tido um convívio cordial e mutuamente respeitoso com o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), um dos articuladores, na Câmara, da candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República em 89. Cid Carvalho elogia a competência profissional e a seriedade de César Maia, a quem agrada a disposição política do presidente da Comissão de abrir ao público a discussão de itens polêmicos do Orçamento de 89. Alguns choques, contudo, deverão ser inevitáveis. Cid Carvalho entusiasmou-se, por exemplo, com o Programa Nuclear brasileiro depois de uma visita ao Projeto Aramar, da Marinha, no município paulista de Iperó. Dias antes, César Maia havia proposto o corte sumário de Cz\$ 25 bilhões destinados ao Programa Nuclear no orçamento do Conselho de Segurança Nacional. Por suas origens, Cid Carvalho tem compromissos com projetos que beneficiam a região Nordeste, como a Ferrovia Norte-Sul, que não receberia o aval de Maia no que depender de recursos Públicos.

Allan Madsen, AE/Brasília